

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO “OYAPOCK”: APONTAMENTOS
PARA UM POSSÍVEL DIÁLOGO TRANSVERSAL ENTRE SEMIÓTICA E
GEOGRAFIA**

**THE TERRITORY AND TERRITORIALITIES OF “OYAPOCK”: NOTES FOR A
POSSIBLE TRANSVERSAL DIALOGUE BETWEEN SEMIOTICS AND
GEOGRAPHY**

**TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES DEL “OYAPOCK”: NOTAS PARA UN
POSIBLE DIÁLOGO TRANSVERSAL ENTRE LA SEMIÓTICA Y LA
GEOGRAFÍA**

 10.56238/revgeov17n4-041

Geiza Gimenes Saraiva

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: geizaggimenes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9945-5942>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1202493378962453>

Rubio José Ferreira

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

E-mail: rubio.ferreira@ufob.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9177-3815>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8054921802596942>

RESUMO

A partir da abordagem do território e das territorialidades que constituem parte do processo de formação territorial do Oyapock, o presente texto busca estabelecer um possível diálogo entre a Semiótica e a Geografia. Nesse sentido, algumas questões relacionadas aos conflitos territoriais entre brasileiros e franceses, particularmente o período entre 1894 e 1900, naquele Território, constituem elementos do debate proposto. A teoria semiótica produzida por Greimas norteia a transversalidade entre a Semiótica e a Geografia assumida nesse espaço, uma vez que essa teoria se constitui na relação entre a Semiótica e outras áreas de conhecimento. Ademais, toma-se o conceito clássico de território apresentado por Raffestin (1983), além de outros teóricos da Geografia, para estabelecer o diálogo proposto.

Palavras-chave: Território. Territorialidades. Oyapock. Semiótica. Geografia.



ABSTRACT

From the approach of the territory and territorialities that are part of the territorial formation process of Oyapock, this text seeks to establish a possible dialogue between Semiotics and Geography. In this sense, some issues related to the territorial conflicts between Brazilians and French, particularly the period between 1894 and 1900, in that Territory, constitute elements of the proposed debate. The semiotic theory produced by Greimas guides the transversality between Semiotics and Geography assumed in this space, since this theory is constituted in the relationship between Semiotics and other areas of knowledge. In addition, the classic concept of territory presented by Raffestin (1983), in addition to other geography theorists, is taken to establish the proposed dialogue.

Keywords: Territory. Territorialities. Oyapock. Semiotics. Geography.

RESUMEN

Partiendo del enfoque del territorio y las territorialidades que conforman el proceso de formación territorial del Oyapock, este texto busca establecer un posible diálogo entre la Semiótica y la Geografía. En este sentido, algunas cuestiones relacionadas con los conflictos territoriales entre brasileños y franceses, particularmente el periodo comprendido entre 1894 y 1900 en dicho territorio, constituyen elementos del debate propuesto. La teoría semiótica desarrollada por Greimas guía la transversalidad entre la Semiótica y la Geografía asumida en este espacio, ya que dicha teoría se constituye en la relación entre la Semiótica y otras áreas del conocimiento. Asimismo, se utiliza el concepto clásico de territorio presentado por Raffestin (1983), así como por otros teóricos de la Geografía, para establecer el diálogo propuesto.

Palabras clave: Territorio. Territorialidades. Oyapock. Semiótica. Geografía.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute, no encontro entre um geógrafo e uma semioticista, questões relacionadas aos conflitos territoriais entre brasileiros e franceses acerca do Território de Oyapock¹, particularmente o período entre 1894 e 1900, quando a situação do Território se encontrava sob julgamento por um tribunal arbitral suíço. Além disso, é nesse período que se descobrem jazidas de ouro no Território, o que acirra os ânimos de disputa entre os dois países. A partir da abordagem do território e das territorialidades que constituem parte do processo de formação territorial do Oyapock, o diálogo se estabelece no sentido de apontar elementos que possibilitem o diálogo entre a Semiótica e a Geografia.

O Território do Oyapock abrange o atual município de Oiapoque, localizado no extremo oeste do estado do Amapá, na Região Norte do Brasil. O estado do Amapá resulta de um dos cinco Territórios Federais criados em 1940, passando à categoria de Unidade Federativa em 1988 (IBGE, 2010). O rio Oiapoque consiste na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, e serviu durante séculos como importante rota de embarcações ligando Belém, estado do Pará, com Caiena, capital da Guiana Francesa (MORAES, 1964).

A perspectiva metodológica assumida neste trabalho inscreve-se na proposta da Escola de Paris, particularmente a teoria semiótica produzida por Greimas e seus colaboradores, na qual busca-se o viés dialógico para nortear a transversalidade entre Semiótica e Geografia, tendo em vista que a teoria greimasiana constitui-se na relação com outras áreas de conhecimento. Por outro lado, a abordagem geográfica assumida parte do conceito clássico de território apresentado por Raffestin (1983), somando-se a outras reflexões teóricas sobre o conceito e a abordagem territorial na Geografia. Nesse sentido, primordialmente, território consiste no conceito utilizado para estabelecer o diálogo aqui proposto, tomando o território e as territorialidades do Oyapock para estabelecer o diálogo proposto.

Nessa ordem, o texto foi organizado em duas seções, além das considerações finais. Na seção “Território: transversalidade entre Semiótica e Geografia”, são expostas diferentes concepções de território à luz da Geografia e da Semiótica, para apontar possíveis aproximações entre as duas áreas.

Na seção “O processo de formação territorial do “Oyapock” e algumas territorialidades” apresentamos concepções que retratam o conceito de territorialidade na perspectiva das duas áreas de estudo aqui em diálogo, a fim de evidenciar o vivido do Território, suas formas de existência, seu modo de ser e agir, suas crenças, seus valores e suas paixões.

As categorias aqui abordadas nos levaram ao traço comum entre Semiótica e Geografia no que diz respeito ao estudo do conceito de território enquanto construção humana. Ademais, o diálogo

¹ Neste texto, a escolha pela notação “Oyapock”, para se referir a Oiapoque, dá-se em razão da escrita presente nos documentos do século XIX. Ademais, Território do Oyapock e Território Contestado são formas sinônimas para o objeto aqui estudado.



proposto nesse encontro não encerra o debate. Pelo contrário, busca trazer apontamentos que fomentem novas discussões e novos encontros dialógicos sobre a questão.

2 TERRITÓRIO: TRANSVERSALIDADE ENTRE SEMIÓTICA E GEOGRAFIA

Entre as concepções que o termo “território” pode assumir está a que o define como uma forma de poder, noção de natureza jurídico-política, em que uma forma de controle atua sobre o território. Nesse caso, os territórios-nacionais se estabelecem delimitando as fronteiras e os limites de atuação do poder nacional, ou seja, do Estado Nacional (MORAES, 2005). Importa mencionar, contudo, que o território, para além do poder de natureza jurídico-política, apresenta outras faces que o constituem: as dimensões econômica e cultural (lista), como bem lembra Haesbaert (2004), seja no âmbito da análise do processo de formação territorial, seja quando se procura analisar processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização. É nesse sentido que se justifica o diálogo transversal entre a Semiótica e a Geografia.

Para Raffestin (1993), em *Por uma Geografia do Poder*, o território deve ser definido por sua relação com o espaço, anterior àquele e matéria-prima para sua formação. Portanto, incide uma ação humana conduzida, fruto de relações de poder e estratégias regulamentadoras de controle desse poder. Se pensarmos semioticamente, podemos dizer que aí se instauram um *poder-fazer* e um *não poder-fazer*, uma vez que a ação humana sobre o espaço é modalizada em diferentes perspectivas.

Nesse sentido, o território é uma forma trabalhada, um diamante lapidado socialmente pelas relações de poder que se inscrevem e se constroem sobre o espaço, este a forma bruta do diamante. Logo, entende-se que o território implica construção, ação humana sobre o espaço para o qual o homem olha e instaura uma quase-presença, um quase sentido. O território, na sua relação com o espaço,

[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Como instância anterior ao território, sobre o espaço imprimem-se práticas utilitárias para fins específicos. Preexistente a qualquer ação, o espaço é matéria-prima dada, é realidade preexistente a qualquer prática, conhecimento e, portanto, torna-se objeto apenas quando o ator manifesta intenção dele se apropriar, de modo que produzir uma representação sobre o território é apropriar-se dele. O espaço seria valência, que recebe investimentos de projetos e de determinações dos sujeitos, ganhando, dessa forma, existência, tornando-se território (SARAIVA, 2020).

Ao mesmo tempo em que o território é produzido a partir do espaço, ambos (espaço e território) são produzidos socialmente. Em assim sendo, ao espaço cabe o caráter de ser, ao mesmo tempo, produto e condição social (SANTOS, 1997). Nesse sentido, a transformação do espaço em território ocorre apenas no âmbito intelectual do foco da abordagem. O espaço sendo “a expressão de uma



dimensão da sociedade, em sentido mais amplo” (HAESBAERT, 2010, p. 166), e o território, a expressão sobre o espaço no sentido mais restrito das relações de poder sobre o espaço (HAESBAERT, 2010).

Para ressignificar o espaço, tornando-o território, as ações humanas e/ou comportamentos direcionam sua prática pelo conhecimento e pela apropriação de códigos e sistemas sêmicos que lhe permitem objetivar o espaço, uma vez que é possível incidir sobre ele processos sociais. Assim, o espaço passa a ser representado, ressignificado pelas propriedades desses códigos e sistemas, os quais, inclusive, definem o próprio limite dele nesse processo, pois tratam-se de formas de linguagem, o que nos remete a Wittgenstein (1993, p. 5.6), para quem “os limites de minha linguagem são os limites de meu mundo”. Desse modo, o território é discursivizado, ganha existência no dizer, nos processos enunciativos que o inscrevem no mundo.

A partir desses códigos e sistemas de representação do espaço ressignificado, as ações humanas dão forma ao território, projetando nele não apenas relações de poder, mas também instrumentos e/ou figuras que traduzam e garantam o poder instituído sobre ele, estabelecem-se rotinas com percursos, programas e estratégias bem definidas, como, por exemplo, a cartografia², a qual, segundo Raffestin (1993), compreende não só um instrumento de poder, mas também um instrumento do “Poder”, logo, é da ordem do discurso.

Num processo de modelagem dos comportamentos de poder, a partir do plano, da reta e do ponto, esse sistema sêmico projeta as imagens e as representações sobre o espaço, o que nos leva a compreender o “poder” como um exercício de linguagem, de ação de um sujeito, geralmente não visível, porque figura no silêncio que invade e fica, enquanto a outra forma de “Poder”, com letra maiúscula, se deixa representada no Estado e suas instituições, a parte visível das rotinas estabelecidas cotidianamente no território.

Quanto à eficácia desse sistema, sob o qual há um jogo estrutural que lhe é constitutivo, os sentidos que daí emanam transcendem os objetos pelos quais ele é representado, apesar de preservar, muitas vezes, contatos e relações. Nesse sentido, pensar a delimitação de um território, ou mesmo o controle de seus pontos, implica considerar as relações de poder que lhe são subjacentes cuja penetração requer a compreensão das políticas espaciais do Estado, desde o Renascimento aos dias atuais.

Tomado como representação, construção humana por meio da linguagem (no sentido mais amplo desse termo), o território designa um sistema territorial, a partir do qual o Poder institui malhas³ para homologar suas ações operatórias, o que manifesta sua natureza estrategista.

² A cartografia da qual falamos aqui é a cartografia moderna estabelecida na Renascença e coincidente com o nascimento do Estado Moderno.

³ Malha compreende a “zona delimitada pelos elementos de um quadriculado” [...], sendo o quadriculado “um conjunto gráfico cuja estrutura geométrica é constituída de duas linhas perpendiculares” (OLIVEIRA, 1993, p. 232; 338).



Sendo o território uma das faces de um sistema territorial, observamos nessa face as ações dos atores sociais, que implantam nós e redes para torná-lo visível/concreto, a partir da ocupação de pontos do espaço, e instauração de distâncias de diferentes ordens: físicas, geográficas, psicológica, econômica etc. Tais ações levam, também, à implantação de um sistema de malhas, nós e redes cujo objetivo é assegurar o controle e a dominação sobre um determinado território. Assim, “Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Nesses termos, a compreensão da produção territorial implica a compreensão dos códigos e sistemas sêmicos que asseguram essa produção na sua relação com o espaço, visto que “[...] toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p.150), condição *sine qua non* à qualquer sociedade para a organização operatória de seu campo de ação.

O conjunto “tessituras-nós-redes”⁴ projeta uma série de imagens que passam a representar as diferentes imagens que temos das cidades, o que nos permite afirmar que tais imagens fazem parte do jogo de manipulação dos sistemas de organização presentes nas diferentes sociedades, visto que a seleção de imagens representativas não é aleatória, mas guiada pelos objetivos, pelas intenções, pelas ações e pelas relações de poder de cada sistema do qual elas fazem parte.

Como produção do espaço, o território estabelece a imagem que deseja em sua construção, isto é, uma comunidade imaginada por seus atores sociais, tomando aqui emprestado aqui a concepção de nação estabelecida em Hall (2011), de modo que o território apresenta-se como algo potencial, aberto a possibilidades sociais, culturais, políticas, e, também, linguísticas, segundo as práticas inscritas nele.

Para Raffestin, a imagem representa um meio de objetivação do espaço, visto ser ela parte de um sistema sêmico, um instrumento de poder, já que, para o pesquisador, “[...] fizemos da imagem um “objeto” em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacro dos objetos, do que sobre os próprios objetos” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Se pensarmos neste momento algumas aproximações possíveis entre a Geografia e a Semiótica, vimos que o território só ganha existência a partir da ação de um ator sintagmático, que realiza um ou mais programas narrativos, definidos em virtude: i) da aquisição ou da privação do objeto-valor com o qual ele se relaciona; ii) dos valores investidos sobre o objeto, responsáveis pela modalização e modificação da relação do sujeito com os valores e os fazeres, ou com os valores disponíveis no mundo; iii) dos programas de competência ou performance dos sujeitos, incidindo a doação de valores

⁴ Tessitura: “é a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizada. A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder [...] exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes” (RAFFESTIN, 1993, p. 154). Nó: ponto fixo de nivelamento, chamado assim pela sua grande estabilidade e características construtivas. Rede: “Sistema de linhas superpostas a fotografias aéreas, mosaicos, mapas, cartas e outras representações similares da superfície terrestre, a qual permite a identificação de locações com relação ao sistema de referência indicado”. In: OLIVEIRA, C. **Dicionário cartográfico**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66323.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

modais (querer, dever, poder, saber), ou a apropriação de valores disponíveis no mundo (BARROS, 2011), práticas estas presentes na formação e na construção e na formação do território, pelo qual se distribuem os papéis de que tais programas, numa relação de pressuposição, definem diferentes percursos numa narrativa, entre os quais o do sujeito, do destinador manipulador, do destinatário-manipulado e do destinador julgador, de acordo com Barros (2011), aspectos que se inscrevem nas dinâmicas do território.

Debarbieux (1995), dialogando com a retórica barthesiana, pontua que o território se erige a partir dos lugares simbólicos que nele se inscrevem, um sistema de equivalências e dependências que o ressignificam, uma espécie de *sinédoque territorialisante*, em que um termo (o lugar) designa o todo, atribuindo significados a ele.

Nesse processo, o território funciona como ancoragem de diferentes tipos de lugares englobados por ele, o que nos leva à noção de ancoragem na semiótica:

[...] o ato de pôr em relação grandezas semióticas pertencentes quer a duas semióticas diferentes (a semiótica publicitária e a legenda; o quadro e seu nome), quer a duas instâncias discursivas (texto e título): a ancoragem produz o efeito de transformar uma das grandezas em referência contextual, permitindo, assim, desambiguar a outra (GREIMAS; COURTÉS, 2011, p. 30).

Segundo Debarbieux (1995), os lugares simbólicos são construções retóricas que, por conotação, designam o território na forma de uma *sinédoque territorialisante*, concebida em três modalidades pelas quais ela opera: o lugar atribuído, o lugar genérico e o lugar de condensação.

Quadro 1: Sinédoque territorialisante

TERRITÓRIO	Lugar atribuído	O ouro do Oyapock, Cristo Redentor, torre Eiffel, iconografias
	Lugar genérico	Plural, nacionalismo, perda da identidade
	Lugar de condensação	Brasília

Fonte: Saraiva, 2020.

Como lugar atribuído, o território ganha forma a partir de seus lugares mais notórios, os quais, enquanto parte dele, são eleitos pelas pessoas para significarem o que são, ou seja, conhecidos de todos, uma espécie de iconografia exacerbada do lugar, e que é ao mesmo tempo motivada e convencional, como, por exemplo, o Arco do Trinfo, na França, ou o Cristo Redentor, no Brasil. Por pressuposição, há aqui uma relação entre englobante (território) e englobado (lugar atribuído).

Em suas formas cotidianas, o território também se constrói em suas figuras genéricas, dotadas de atributos que dão razão e corpo a ele, como a escola ou a biblioteca, o banco, que parecem se dissipar na invisibilidade do dia a dia, mas se apresentam como figuras alegóricas sem as quais o território não funcionaria, configurando o lugar genérico.



Mas o território precisa perpetuar, e é nessa hora que se aciona o lugar de condensação, em que os sentimentos de pertencimento do sujeito evocam lugares específicos que retratam as experiências individuais e coletivas, ancoram valores sociais, contam a história de uma sociedade, condensam a expressão máxima de seu orgulho e de sua voz nos anais da história, a exemplo da organização política de Brasília com seus prédios específicos, os quais constituem figuras nacionais, de modo que o lugar de condensação é imagem e ambiente.

Em sociedades ditas tradicionais, não industrializadas, a exemplo do Território do Oyapock, no século XIX, Bonnemaïson e Cambrézy (1995) destacam que o território se define pelo princípio da identificação, e não o da apropriação, posto que os indivíduos desenvolvem sentimentos de pertencimento à “terra”, numa relação de reciprocidade, de fusão, em que o território não é algo para ser compartilhado, vendido ou mesmo dado a quem dele não faz parte, pois “[...] ele é um ser e não um ter. Perder seu território é desaparecer” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1995, s/p).⁵

Nesses termos, a natureza da relação estabelecida pelo homem com o território é afetiva e passional, ele desenvolve sentimentos de amor ou ódio para preservá-lo, extirpando tudo que é alheio, como forma de garantir a convivência harmoniosa dos seus entes queridos. E, como destaca Fournier (1995), ao citar parte da obra de Pierre Calame (1994): “Falar de território é falar de amor”⁶.

No caso do Território do Oyapock, o sentimento de pertencimento, de identificação com o Território, evidencia a modalização do sujeito que com ele se identifica, porque guiado por um *querer-ser* parte dele e de tudo que há nele: sua gente, suas terras, suas riquezas naturais e auríferas, o que o leva a *querer-fazer* algo para preservá-lo de possíveis ameaças.

Como espaço político, delimitado por fronteiras, o território tem seus limites bem definidos, tornando-se, por vezes, objeto proibido, negociável, cobiçável, sonhado, colocando em pauta jogos de sobrevivência, de poder, dominação, e disputa entre nações (BONNEMAISON, 1995).

Mas, como observa Bonnemaïson (1995) e Haesbaert (2004, 2010), o território vai além de sua acepção política, jurídica, natural, ele é uma experiência humana, ritualística, e por ela se define, porque não só revela suas hierarquias, mas também seus valores e crenças, e são essas experiências que dão sentido ao território, desenvolvendo naqueles que o experienciam sentimentos de pertencimento, os quais dão forma ao território.

No campo da Semiótica, podemos entender o território a partir do conceito de *modalidades*, e da noção de *práticas* conformem se apresenta em Fontanille (2008). As práticas, ou a cena prática, compreendem a encenação de movimentos e processos com a participação de várias actantes-sujeitos

⁵ [...] il est un être et non pas un avoir. Perdre son territoire, c'est disparaître. In : BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le territoire, entre lien et frontière. **Colloque le territoire, lien ou frontière?** Identités, conflits ethniques, enjeux et recompositions territoriales. Paris: Sorbonne, 1995.

⁶ *Parler de territoire, c'est parler d'amour.* In: CALAME, P. **Um território para o homem.** Paris: Éditions de l'Aube, 1994.



numa determinada conjuntura, enquanto as modalidades são predicados (o *querer*, o *dever*, o *saber*, o *poder* e o *crer*) que atuam sobre outros predicados para modificá-los.

Nesse sentido, diríamos que no Território do Oyapock atuam tanto um *dever* quanto um *crer*. Neste caso, temos a base fiduciária partilhada pelos sujeitos que vivem o Território, em que suas ações se pautam pela preservação dele dado o sentimento de pertencimento que os direcionam para essa luta, como, por exemplo, a posição assumida pelo governo brasileiro contra o governo francês nas disputas pelo Território Contestado, luta que se guiou não apenas pelo sentimento de pertencimento ao Território, mas também pelo *dever* fazer algo pela preservação dessa terra em nome de todos os brasileiros.

De forte investimento semântico, como nos destaca Fontanille (2014), o lexema “território”, herdeiro das Ciências Sociais, figura como uma espécie de metalinguagem nessa área, instituindo nesse universo um “programa” temático, axiológico e político, juntamente com seus correlatos “lugar”, “espaço”, “região”, assumindo, dentre outras acepções, a de “*devoir coletivo*”.

O território é, portanto, um *tipo impreciso* no sentido de Hjelmslev, isto é, "difuso" pela negação do "preciso". Mas essa imprecisão está em formação, no sentido de que *o território está destinado a se tornar algo mais preciso*, graças ao trabalho de transformação dos atores que se identificam com ele. Em suma, *o território é um devoir coletivo, uma transformação em progresso*, que se opõe a isso (daí a negatividade recorrente) a entidades espaciais institucionalizadas (FONTANILLE, 2014, p. 2) (tradução nossa).⁷

Como “*devoir coletivo*”, o território é sempre inacabado, é algo em construção, fruto das ações dos que vivem nele e se identificam com ele a ponto de construí-lo, transformá-lo em razão dos valores partilhados. Na perspectiva semiótica, Fontanille define o território como

[...] espaço delimitado, ligando um interior e um exterior; como domínio controlado por um actante; o território apreendido nas suas especificidades e nas suas legitimidades percebidas e vividas; como projeção de uma identidade cultural e uma filiação simbólica; como processo de transformação semiótica, produto de um trabalho coletivo de doação de sentido (FONTANILLE, 2014, p. 2-3) (tradução nossa)⁸.

Nesta acepção, o território é uma semiótica-objeto, porque nela se fazem presentes espaço, tempo e atores, em que o território se coloca como um potencial de transformações em *devoir*, como produto de um trabalho coletivo de atribuição de sentidos. Para Fontanille, como “*devoir*”, o território é uma forma de vida porque se apresenta como um processo em construção, traço pertinente e

⁷ Le territoire est donc un *type imprécis* au sens de Hjelmslev, c'est-à-dire « diffus » par négation du « précis ». Mais cette imprécision est en devenir, en ce sens que *le territoire est appelé à devenir quelque chose de plus précis*, grâce au travail de transformation des acteurs qui s'identifient à lui. En somme, *le territoire est un devenir collectif, une transformation en cours*, qui s'oppose en cela (d'où la négativité récurrente) aux entités spatiales institutionnalisées.

⁸ [...] le territoire comme espace délimité, et mettant en relation de part et d'autre de ces limites un intérieur et un extérieur; [...] le territoire saisi dans sa spécificité et sa légitimité perçues et vécues; [...] le territoire comme projection d'une identité culturelle et d'une appartenance symbolique; [...] le territoire comme processus de transformation sémiotique, comme produit d'un travail collectif de donation de sens.



constitutivo de toda forma de vida: “[...] uma forma de vida, de fato, só pode ser apreendida, do ponto de vista semiótico, na forma de uma configuração emergente que se destaca no contexto de outras formas de vida fixadas e instituídas” (FONTANILLE, 2014, p. 3)⁹.

Aplicando ao Território do Oyapock, o território é o resultado de gestos de triagens, pelos quais seus atores realizam práticas de exclusões, ao expurgar tudo que é alheio, que não faz parte dele, segundo suas concepções. Na luta pelo Território, tomado aqui como objeto-valor de disputa entre brasileiros e franceses, esses atores atuam como antissujeitos um do outro, promovem interdições às ações um do outro, porque cada um acredita ser donatário do território em disputa, guiados por valores de exclusividade sobre si mesmos. Instaure-se a intensidade das forças em combate, abre-se espaço para a presença de valores de absoluto, responsáveis pelas exclusões que esses antissujeitos realizam (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), conforme o ponto de vista analisado, se da perspectiva do brasileiro, se da perspectiva do francês.

Além do caráter difuso e do *quantum* de negatividade, traços semânticos que se devem à organização do território como espaço delimitado por uma fronteira cujos limites instituídos definem as zonas de sua formação e funcionamento, como forma de vida ele deve ser analisado sob o prisma dos seguintes aspectos: a) Presença de um plano de expressão e de um plano de conteúdo, por ser uma semiótica-objeto¹⁰; b) A inflexão existente nas propriedades que compõem as dimensões do plano de conteúdo deve ser explicada no interior dessas propriedades, por um esquema comum e transversal; c) Esse esquema transversal se manifesta no plano de expressão do território em valores, projeções identitárias e simbólicas; d) A recorrência desse esquema transversal demarca a *perseverança* do território, cuja identidade e existência advêm de sua própria dinâmica, resistente às transformações e interações às quais é submetido; e e) Como forma de vida, a sobrevivência do território depende das relações de contraste que ele estabelece com outras formas de vida para que ele possa impor seus valores e sua própria dinâmica (FONTANILLE, 2014).

Nesses termos, como forma de vida, o território é uma semiose que opera, por pressuposição recíproca, uma forma de expressão e uma forma de conteúdo, para produzir signos, os quais veiculam a dinâmica própria do território. Nesse processo, selecionam-se, entre as práticas em curso no território, aquelas que melhor representam os valores, as crenças, as paixões, os modos de ser do território, e as figuras que sejam congruentes com a identidade que se busca firmar para ele.

Essa dinâmica própria do território define a forma de vida que lhe constitui, sua qualidade inerente: a *perseverança*, tomada como “qualidade ou ação daquele que persevera”¹¹, em que

⁹ [...] une forme de vie, en effet, ne peut être saisie, d’un point de vue sémiotique, que sous la forme d’une configuration émergente qui se détache sur le fond d’autres formes de vie figées et instituées.

¹⁰ Plano de expressão e plano de conteúdo são dois planos da linguagem que se relacionam por pressuposição. O primeiro suporta ou expressa o conteúdo, enquanto o segundo veicula o significado do primeiro.

¹¹ Persévérance: “qualité ou action de celui qui persévère”. Disponível em: <https://www.le-dictionnaire.com/definition/pers%C3%A9v%C3%A9rance>. Acesso em: 21 mar. 2019.



perseverar¹² é “persistir, permanecer firme e constante num sentimento, numa maneira de ser e agir, numa resolução”. Logo, permanecer remete à ideia de continuar existindo, resistir sem demora na reiteração de uma forma, um estado, um modo de ser e agir. A perseverança é a essência e a razão de ser do território, responsável por suas paixões latentes, que o movem e lhe dão sua forma própria, instaurando nele *atores, espaço e tempo*, categorias que acionam as dinâmicas e interações vividas e experienciadas no território.

O ator é uma figura que se inscreve no espaço para torná-lo território segundo sua própria perspectiva. Na relação com outros atores, sua forma de representação do território pode ser contrária aos interesses dos demais atores que o vivenciam e o experienciam. Quando falamos aqui em representação do território, o espaço é a “matéria-prima” por meio da qual esse processo se torna possível, posto que território pressupõe as vivências e experiências cotidianas de seus atores inseridos num tempo e espaço definidos.

Para Boudon (2014), em “*Territorialité et édification*”, o território é ao mesmo tempo uma morfologia natural e uma morfologia habitada. No primeiro caso, ele ganha forma a partir dos elementos da natureza, como o sol, o solo, o luar, responsáveis por orientar as ações de seus habitantes na organização da rotina diária. No segundo caso, o território é o resultado de uma construção, do trabalho humano. Para o pesquisador, o território só existe a partir dos lugares que nele se inscrevem, lugares que orientam as pessoas no dia a dia, como os prédios, as repartições públicas, ou mesmo a simples posição do sol ditando o início e o fim de uma jornada de trabalho. Nesse sentido, a existência do território se coloca como um espaço orientado, que direciona seus habitantes a partir de lugares que nele existem.

Para tratar o território, Urbain (2014), em “*La trace et le territoire*”, retoma a concepção de espaço em Greimas (1981), para quem o espaço se configura a partir da extensão, tomada como a substância sobre a qual o homem atua e a transforma, cujo resultado é o espaço, ou seja, a forma e, enquanto forma, o espaço é uma construção, mas também um enunciado (fr. *énoncé*), construído e modificado por um sujeito humano, que o percebe não só visualmente, mas também usando todos os sentidos, táteis, térmicos, acústicos, etc. Segundo Greimas e Courtés ([1993]; 2011), a extensão direciona o espaço como dimensão contínua e indiferenciada da realidade, porém, quando considerada como uma construção humana, ou seja, lugar, ela é caracterizada como descontínua e diferenciada.

A posição assumida por Urbain contrapõe-se à concepção de Certeau sobre a relação lugar e espaço, já que, para Certeau (1990), o espaço é um lugar praticado, ou seja, o lugar se torna espaço apenas quando o uso o domina. Dito de outro modo, o lugar é uma quantidade genérica, com organização anterior ao espaço, enquanto o espaço é quantidade específica, reorganizada,

¹² Persévérer: “Persister, demeurer ferme et constant dans un sentiment, dans une manière d’être ou d’agir, dans une résolution”. Disponível em: <https://www.le-dictionnaire.com/definition/pers%C3%A9v%C3%A8rer>. Acesso em: 21 mar. 2019.



posteriormente, pelo uso. Urbain reordena a relação lugar/espaço para espaço/lugar para compor a tríade de sua investigação de uma semiótica do espaço, na qual o território encontra um lugar. Nesse sentido, o espaço é o elemento englobante para lugar e território, conforme figura a seguir:

Figura 1: Isotopia do espaço



Fonte: Adaptado de Urbain, (2014, p. 4).

A semiótica do espaço de Urbain pontua que o que diferencia *lugar* e *território* são os programas narrativos que o usuário imprime no espaço, conforme o ponto de vista e a representação que ele faz dele. Assim, no caso do lugar, o espaço, como objeto, é vivido e representado como um lugar homogêneo, fixo, ao passo que, como território, o espaço vive uma experiência social que o torna heterogêneo, percebido ou experienciado como espaço em extensão, porque expande ou dispersa. Nesse sentido, “Lugar vs território é uma isotopia que se refere ao choque de duas fenomenologias rivais. Duas experiências de espaço concorrentes. Dois modos de ser. Duas formas de existência também”¹³ (URBAIN, 2014, p. 3, tradução nossa), as quais manifestam formas sedentárias e formas móveis de utilização do espaço, em que o lugar é algo alcançado (destino) enquanto o território é percorrido (circulação). O primeiro, por usuários fixos (sedentários), o segundo, por usuários móveis (nômades).

Como visto, o espaço, como forma englobante, se coloca aberto a diferentes usos, os quais estabelecem, concomitantemente, práticas espaciais, práticas sociais que se diferem em homogêneas e heterogêneas, dando forma a lugares ou ao território, conforme as experiências vividas por seus atores, que agem segundo seus programas narrativos, seus usos ordinários de representação do espaço. No caso do Território do Oyapock, tais usos colocam em evidência relações conflituosas entre brasileiros e franceses, em que se operam processos de exclusão, segundo os valores investidos no objeto Território.

¹³ Lieu vs territoire est une isotopie qui renvoie à l’affrontement de deux phénoménologies rivales. Deux vécus concurrents de l’espace. Deux modes d’être. Deux formes d’existence aussi.



Os programas narrativos, os usos ordinários são responsáveis pela forma que o Território do Oyapock assume, são eles responsáveis pela existência, pelos modos de ser e agir dos atores em combate, que lutam por um mesmo objeto, mas, ao mesmo tempo, forjam a identidade do Território, a partir das interações e conflitos estabelecidos, colocam em evidência a territorialidade do Oyapock, a maneira de ser e existir desse objeto em disputa.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO “OYAPOCK” E ALGUMAS TERRITORIALIDADES

Parte da disputa de exercício do poder sobre Território do Oyapock diz respeito ao território enquanto espaço de exercício do poder estatal, o que Moraes (2005) identifica por Estado territorial, ou seja, domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície da terra a partir do aparato estatal. Assim, faz-se necessário buscar compreender o processo de formação territorial que permite entender as territorialidades. Na abordagem processual, diz Moraes (2005), o território consiste no resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço – é produto dos processos espaciais, entendido na Semióticas como práticas espaciais. Portanto, compreender o seu processo histórico de formação leva à compreensão do produto que é o território e suas territorialidades.

De natureza multidimensional, a territorialidade retrata as experiências territoriais de uma coletividade quanto à organização do espaço. Girard (1961), ao estudar a tradição americana, observou que essa sociedade organiza o espaço em esferas de influências ou em territórios diferenciados (distintos, exclusivos), o que nos faz perceber que esse processo implica o fenômeno da alteridade, uma vez que, ao se estabelecer relação com o território, ele é responsável por mediatizar as relações com os homens e com os outros.

Para Soja (1971), a territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. Nesse sentido, compreender o território significa entender as diferentes territorialidades que o atravessam, assumindo como ponto de partida a subjetividade de seus atores, cujas ações se direcionam por suas formações imaginárias, pelo desejo de exclusividade sobre o território, o que os leva a forjar, na recorrência de suas ações, a identidade pensada para ele nas relações humanas estabelecidas entre os que pertencem ao território e os que dele não fazem parte.

Marcada pela dinamicidade, já que os elementos que a constituem são suscetíveis de mudança no tempo, a territorialidade compreende “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Nessa ordem, ela é a “soma” das relações que os indivíduos traçam com o meio e com os demais indivíduos, e, como tais relações variam, o resultado destas relações pode designar tanto uma territorialidade estável quanto uma instável, em



razão da natureza dessas relações, que são ora simétricas, ora dissimétricas. As primeiras denotam mudanças cujos efeitos a longo prazo são praticamente nulos, enquanto, no segundo caso, as alterações são, ao mesmo tempo, visíveis e sentidas.

Como elemento indispensável à formação e ao desenvolvimento das formas e das identidades coletivas, a territorialidade se apresenta de forma múltipla cuja manifestação, em diferentes escalas (socioespaciais), define-a como “a face vivida” da “face agida” do poder (CLAVAL, 1995). Assim, na organização de um sistema territorial, cada sociedade define sua própria territorialidade, assimilando, excluindo ou segregando elementos, conforme as relações (biossociais) estabelecidas com o espaço em si e com os demais atores desse contexto.

Expressa na relação privilegiada território/identidade, para compreender a dinâmica da territorialidade, faz-se necessário estudar os efeitos de distância e tempo nessa relação, visto que a territorialidade não se resume à relação dos atores com a paisagem como recorte, mas à incorporação dela nos sistemas de representações culturais e sociais, que definem a organização de um sistema territorial e do espaço como um todo.

No caso da formação do sistema territorial brasileiro, três territorialidades atravessam esse processo, segundo Moraes (2001), contexto em que o território é tomado, alternadamente, como uma construção bélica, uma construção jurídica e uma construção ideológica, durante a colonização. Para garantir a expansão do poder da Coroa Portuguesa nas terras brasileiras, é também nesse contexto que a Coroa privatiza o processo de colonização no Brasil, criando as Capitânicas Hereditárias, em razão dos custos onerosos desse processo, da falta de infraestrutura e da dimensão geográfica do país.

Nesse contexto, a descoberta de jazidas de ouro no Território do Oyapock, entre os anos de 1894-1900, é um acontecimento conveniente para a interiorização do processo de colonização, levando à instauração de uma dinâmica própria nesse espaço, no qual diferentes lugares são criados a partir das relações e dos interesses que os atores espaço-sociais passam a inscrever na formação da identidade deste Território.

Com a descoberta de ouro no Território do Oyapock, brasileiros e franceses disputam agora o direito ao ouro, objeto-modal, o meio para se garantir a posse do Território em disputa. Nesse novo cenário, o ouro é um elemento que condensa o processo de disputa do Território, porque é imagem de riqueza, mas também é o meio para se concretizar a formação territorial em curso, alterando, no caso do sujeito brasileiro, seu estado, posto que agora ele tem os meios necessários (a riqueza) para alcançar seu objeto-valor: o Território do Oyapock, situação que nos remete ao conceito de lugar de condensação proposto na sinédoque territorializante em Debarbieux (1995), uma vez que o lugar de condensação é tanto uma imagem quanto um meio.

No lugar da rotina da disputa pelo Território do Oyapock, a descoberta de ouro se faz acontecimento que rompe, chega de sobressalto, impondo aos sujeitos em disputa uma nova realidade,



não controlada, não antecipada por eles, porque é da ordem do inesperado, da novidade, assumindo a forma da raridade, elemento importante que altera a experiência do sujeito

O acontecimento, segundo Zilberberg (2007), em *Louvando o acontecimento*, é raro, é novidade, e se contrapõe ao fato, que é da ordem da rotina, do corriqueiro. Assim, ao relacionar acontecimento e rotina, o pesquisador propõe que se considerem as oposições entre essas duas grandezas a partir de três modos: o modo de eficiência, o modo de existência e o modo de junção.

No modo de eficiência, a percepção do sujeito é afetada com a entrada e instalação de uma grandeza no seu campo de presença, no qual duas modalidades podem figurar: o pervir (rotina) e sobrevir (ruptura/acontecimento).

No modo de existência, o sujeito é consciente da grandeza existente em seu campo de presença, o que o leva a agir dentro do esperado, moldado segundo objetivos pré-definidos, como, por exemplo, o plano estabelecido para a colonização do Brasil com a criação das Capitânicas Hereditárias, entretanto, nesse mesmo modo, de existência passiva, ele pode ser atingido pelo inesperado, colocando-o a vibrar em alta intensidade, como foi a descoberta de ouro no Território do Oyapock.

No modo de junção, duas lógicas se impõem para o sujeito: a lógica implicativa ou a lógica concessiva. A primeira é da ordem do conhecido (a rotina), ou seja, “se **a** então **b**”, um tipo de causalidade legal; na segunda, a causalidade é inoperante, uma vez que o sujeito não tem como prever os acontecimentos, porque estes são inesperados, novidade, daí a lógica concessiva se resumir na fórmula: embora **a**, entretanto não **b**”.

Ao se consultar o verbete “descoberta” no dicionário, verificam-se as seguintes definições: “Situação ou experiência vivenciada intensamente e em profundidade, em geral pela primeira vez” ou “Ato de encontrar (algo) proveitoso e/ou valioso, em geral por acaso” (MICHAELLIS, 2017)¹⁴. Quando relacionamos essas definições à descoberta de ouro no Território do Oyapock, a primeira definição nos remete à dimensão da intensidade, da ordem do sensível, ligada à subjetividade do sujeito que vive uma forte experiência, de ritmo acelerado, um sobrevir que o afeta profundamente. A segunda definição corrobora a primeira, uma vez que “acaso” remete a algo imprevisível, inesperado.

Nesse sentido, se a ocupação territorial do Brasil era dada como fato, portanto inteligível, no espaço e no tempo, esse fato sofre uma ruptura com a descoberta de jazidas de ouro no Oyapock, acontecimento de alta intensidade no litígio entre brasileiros e franceses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas de estudo para “território” e “territorialidade” na Geografia colocam em evidência a relação ação humana e o espaço. Muitas dessas abordagens tomam o espaço como “matéria-prima”

¹⁴ MICHAELLIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 12 mar. 2017.



culturalizada na perspectiva do território. Ao mesmo tempo, o debate teórico-epistemológico na Geografia brasileira acerca do conceito de território avançou no sentido de clarificar que tanto o território quanto o espaço são produzidos socialmente. Estudos que têm como foco o território, partem do pressuposto de que se deve tratar preponderantemente do exercício do poder, portanto, da dimensão política do espaço. Por outro lado, no campo da Semiótica, a partir de um vocabulário mais abstrato, tais questões podem ser teorizadas levando em consideração as partes, as gradações, as forças para dentro e para fora, particularmente no que diz respeito aos problemas apresentados por Raffestin.

No sentido de uma reflexão que busca o diálogo entre duas áreas do conhecimento, o caso do conceito de território e seus correlatos, aplicados ao Território do Oyapock, aponta para um elemento comum que perpassa tais conceitos, quando analisados sob o escopo da Semiótica e da Geografia: o território é o resultado de uma construção humana. Portanto, na perspectiva aqui assumida, o território é materialidade discursiva, é linguagem que nos permite falar sobre ele, apreendê-lo, expressar sentimentos de pertencimento, definir lugares, ritualizá-lo, criar rotinas e ser tomado de sobressalto por novos acontecimentos. O território e as territorialidades, por conseguinte, são construídos processualmente, materializando-se a cada tempo no espaço, seja território enquanto dimensão jurídico-política, seja simbólica e subjetiva.



REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. Teoria semiótica do texto. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- BONNEMAISON, J. Le territoire, nouveau paradigme de la géographie humaine? Colloque le territoire, lien ou frontière? Identités, conflits ethniques, enjeux et recompositions territoriales. Paris: Sorbonne, 1995.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le territoire, entre lien et frontière. Colloque le territoire, lien ou frontière? Identités, conflits ethniques, enjeux et recompositions territoriales. Paris: Sorbonne, 1995.
- BOUDON, P. Territorialité et édification. Actes Sémiotiques [En ligne]. 2014, n° 117. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5239>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- CALAME, P. Un territoire pour l'homme. Éditions de l'Aube, 1994.
- CLAVAL, P. Le territoire dans la transition à la post-modernité. Colloque le territoire, lien ou frontière? Identités, conflits ethniques, enjeux et recompositions territoriales. Paris: Sorbonne, 1995.
- DE CERTEAU, M. L'invention du quotidien. 1. Arts de faire, Paris, Éditions Gallimard, 1990.
- DEBARBIEUX B. Le lieu, le territoire et trois figures de rhétorique, L'Espace géographique, tome 24, n. 2, 1995. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1995_num_24_2_3363. Acesso em: 10 maio 2018.
- FONTANILLE, J. Práticas semióticas: Imanência e pertinência, eficiência e otimização. Trad. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz et al. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (orgs). Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 17-76.
- FONTANILLE, J. Territoire: du lieu à la forme de vie. Actes Sémiotiques [En ligne]. 2014, n° 117. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5239>. Acesso em: 08 fev. 2015.
- FONTANILLE, J; ZILBERBERG, C. Forma de vida. In: FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. Tensão e significação. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial; Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 203-226.
- FOURNIER, H. Discours d'ouverture du colloque. Colloque le territoire, lien ou frontière? Identités, conflits ethniques, enjeux et recompositions territoriales. Paris: Sorbonne, 1995.
- GIRARD, R. Mensonge romantique et vérité romanesque. Republicado em De la violence à la divinité. Paris: Éditions Grasset, 1961.
- GREIMAS, A. J. Semiótica e ciências sociais. Trad. Álvaro Lorencini e Sandra Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1981.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. Trad. Alceu Dias Lima et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 30.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz T. da Silva e Guaciara L. Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.



- HAERSBERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAERSBERT, R. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- IBGE. Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 08 out. 2020.
- MORAES, J. M. O rio Oiapoque. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XXVII, jan-mar, 1964, N° 1. p. 3-61.
- MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil, Geografares, Vitória, n. 2, jun. 2001, p.105-113.
- MORAES, A. C. R. Território e história no Brasil. 2a. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SARAIVA, G. G. Território e identidade: a descoberta do ouro nas disputas entre Brasil e França. São Paulo: Cultura Acadêmica 2020.
- SOJA, E. The Political Organization of Space. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.
- URBAIN, J. D. La trace et le territoire. Actes Sémiotiques [En ligne]. 2014, n° 117. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5239>. Acesso em: 21 março 2019.
- WITTGENSTEIN, L. Tractatus Logico-philosophicus. Trad. Luiz H. Lopes dos Santos, São Paulo, Edusp: 1993.
- ZILBERBERG, C. Louvando o acontecimento. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 13-28, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/1472/938>. Acesso em: 22 março 2019.

